

A riqueza da interdisciplinaridade: política e cultura religiosa

The wealth of interdisciplinary, political and religious culture

Antônia Montenegro*

Doutoranda em sociologia pela PUCMG

Dilma da Silva**

Mestra em Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma

Professora na PUCMG

Resumo:

O artigo tem por objetivo fazer uma reflexão acerca sobre a importância dos valores morais e cristãos na formação política dos sujeitos. A discussão tem como pano de fundo os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas de Cultura Religiosa e Política, nos aspectos que concernem à postura do cidadão ativo, comprometido com a realidade política e social no qual se insere. Resulta da experiência de duas professoras no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na Unidade de Contagem.

Palavras-chave:

Cultura religiosa. Política. Moral. Cidadania.

Abstract:

The article aims to reflect on the importance of moral and Christian values in the formation of political subjects. The discussion has as background the content developed in the disciplines of religious culture and Policy, in the aspects that concern the position of the active citizen, committed to political and social reality in which it operates. This study results from the experience of two teachers in the course of law at the Catholic University of Minas Gerais, in the Unit of Contagem.

Keywords:

Religious culture. Policy. Moral. Citizenship.

Universidade confessional, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem como missão “promover o desenvolvimento humano e social de alunos, professores, funcionários e comunidade, contribuindo para a formação ética e solidária de profissionais competentes, humana e cientificamente”.¹ Tendo o humanismo como vetor

básico, fundamenta os projetos acadêmicos dos cursos e as demais atividades nos princípios e valores que lhe conferem marca singular e norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os saberes internamente produzidos devem estar a serviço da dignidade dos seres humanos e a Universidade tem o dever de contribuir para a compreensão dos problemas da sociedade, com especial atenção às suas dimensões éticas.

Para tanto, além de promover as práticas acadêmico-pedagógicas que possibilitam essa formação no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade incorpora nos conteúdos programáticos de algumas de suas disciplinas, a formação humanística estrito senso. De modo que,

* Mestre em Sociologia pela UFMG, doutoranda em Ciências Sociais e professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Mestre em Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, professora de Cultura Religiosa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

¹ PLANO de Desenvolvimento Institucional da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUCMG, 2006. p. 12.

acoplados aos conteúdos técnico-científicos de outras disciplinas, substantivam a conduta moral e socialmente comprometida dos profissionais que ali se formam. A experiência da interseção de conteúdos entre as disciplinas *Cultura Religiosa* e *Política* se constitui como um momento profícuo desse processo.

O artigo, ora apresentado, resulta da reflexão da prática acadêmica de duas professoras da Instituição na busca de aproximar a formação ética e moral, propiciada não só, mas principalmente pela disciplina *Cultura Religiosa*, com aquela possibilitada pela discussão da importância da política, como processo, na conformação de uma dada ordem social.

A disciplina de Cultura Religiosa

Estreitamente vinculada à identidade e missão da PUC Minas, a disciplina de *Cultura Religiosa* realiza sua natureza através das disciplinas, *Cultura Religiosa I e II*, presentes nas grades curriculares dos diferentes cursos de graduação da Universidade. A disciplina tem como objetivo desenvolver o conhecimento que fundamenta valores e critérios para uma atuação e pensamento críticos, considerando a visão integral de ser humano e tendo por referencial a proposta cristã. Através da Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II sobre as “Universidades Católicas”, de agosto de 1990, o Papa considera e situa o papel da disciplina no propósito de uma Universidade Católica:

No mundo de hoje, caracterizado por um desenvolvimento tão rápido da ciência e da tecnologia, as tarefas de uma Universidade Católica assumem importância e urgência cada vez maiores. Com efeito, as descobertas científicas e tecnológicas, se por um lado comportam um enorme crescimento econômico industrial, por outro exigem evidentemente a necessária e correspondente procura do significado, a fim de garantir que as novas descobertas sejam usadas para o bem autêntico dos indivíduos e da sociedade humana no seu conjunto. Se é da responsabilidade de cada universidade procurar um tal significado, a Universidade Católica é chamada, de um modo especial, a responder a essa exigência: a sua inspiração cristã consente-lhe incluir a dimensão moral,

espiritual, religiosa na sua investigação e avaliar as conquistas da ciência e da técnica na perspectiva da totalidade da pessoa humana.²

Um dos objetivos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, portanto, é o de com todo esmero e vigor, apostar na formação integral e humanista do seu alunado. Tal objetivo deve ser perseguido e alcançado por todas as disciplinas. No entanto, a disciplina de *Cultura Religiosa* tem como foco e competência essa formação humana. Amparada pelas diretrizes e orientações da Igreja Católica, a Universidade estabelece como objetivo da disciplina,

promover a compreensão mais profunda da dimensão religiosa da existência humana, seja enquanto abre a pessoa a um sentido global e transcendente da existência pessoal, seja enquanto dimensão que marca a sociedade inteira e a sua dinâmica histórica e cultural. [E] num segundo aspecto, a matéria quer ajudar a compreender a realidade humana a partir do ponto de vista das religiões, privilegiando o ponto de vista da teologia cristã e católica, numa perspectiva de diálogo e comparação com outras tradições que mutuamente se enriquecem na busca da verdade.³

Dentro dessa perspectiva, a disciplina de *Cultura Religiosa* levará adiante o objetivo da Universidade na medida em que forme profissionais capazes de investir na própria transformação e conseqüentemente na transformação do mundo, ao descobrir-se como sujeito capaz de transcendência e superação, um ser que não se torne somente um profissional tecnicamente capaz, mas um cidadão habilitado a fazer de seu saber uma fonte de serviço para a melhoria de sua comunidade.

Política como ciência e também como prática transformadora

A ementa da disciplina *Política* prevê, em linhas gerais, a discussão sobre os processos políticos que subjazem a vida social, procurando

² PAPA João Paulo II. *Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 7.

³ ANTONIZAZZI, Alberto. *Diretrizes Gerais da Cultura Religiosa e Iniciação Filosófica da Universidade Católica*. Belo Horizonte: PUCMG, 1991. p. 11.

resgatar o seu significado na constituição de uma dada ordem social. Dessa forma, busca dotar o aluno da capacidade de entender as relações entre Estado e sociedade, e de como a política, como práxis, expressa a diversidade de interesses existente na sociedade bem como a disputa de poder que disso decorre. Ademais, busca retratar o papel da política no cotidiano dos indivíduos e de como ela permeia todas as nossas ações. Destarte, é uma disciplina que se assenta nos princípios da ciência, posto que baseada na análise sistemática e metodologicamente orientada dos processos políticos. E dessa forma, tanto pode municiar a compreensão teórico-analítica necessária à formação de diferentes profissionais, possibilitando um olhar que, para além do campo específico, incorpore os substratos políticos inerentes à qualquer ação humana, como também contribuir, à medida que desnuda os meandros de sua práxis e as implicações na vida dos indivíduos, para o desenvolvimento de uma prática política que se pretenda transformadora.

Somos animais políticos por essência, já nos alertavam os gregos, povo cuja noção de cidadania associava-se ao exercício da práxis política como corresponsabilização pelo destino da coletividade. Entendendo a sociedade como resultado da cooperação, posto que somos seres incompletos, a *bios* política requer a participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão que afetam a vida coletiva. Assim, participar da vida política é mais do que atuar em momentos específicos como nos períodos eleitorais, antes, é entender que sua ação ocorre no mundo da vida. Como uma relação que se realiza entre seres humanos, é a política que organiza e regula o convívio entre os diferentes. Sendo assim, ela está associada à capacidade de agir do ser humano e do agir em público, espaço em que se conforma a práxis política. Nesse sentido, conforme alude Arendt, se é por meio da ação política que se pode criar algo novo, ela não ocorre no isolamento, ela só existe como uma relação entre os seres humanos, daí a importância da alteridade, de reconhecer o outro como parte intrínseca ao processo. Nessa perspectiva “[...] podemos dizer que a constituição de nós mesmos, de nossa biografia, do sentido de nossa existência,

bem como a constituição da comunidade política em que vivemos é uma atividade plural, que é incapaz de ser realizada solitariamente”.⁴

Nesse sentido, a formação política do aluno da PUC Minas – formação política entendida no sentido amplo do termo, do envolvimento e responsabilidade com a realidade que o circunda – é possibilitada na confluência interdisciplinar entre o conteúdo ético-moral oferecido pela disciplina de Cultura Religiosa e o da análise política, suportada pelos estudos da Filosofia e da Ciência Política. Nessa linha, busca-se resgatar a noção de política tal como Arendt a entende “[...] como criação do novo, do inesperado, como ação plural, resultado do amor ao mundo e não como violência”, o que nos leva entender que a ação política

não somente se apresenta como uma alternativa, como algo realizável, sendo inerente à condição humana, mas também representa uma necessidade, pois é condição para a constituição do indivíduo e da comunidade político-jurídica na qual nos movemos, haja vista que o reconhecimento do outro em sua diversidade não somente repercute na confirmação do sentido da minha vida, mas antes é essencial para a existência daquilo que me transcende, que me precedeu e que provavelmente não desaparecerá após o meu fim.⁵

Ao conceito de política e seu entendimento como ação transformadora, inclusive do e no mundo da vida, agrega-se o de ética, entendido em sua origem no termo *ethos*, como modo de ser ou caráter, o que para os gregos significava o “lugar que abrigava os indivíduos-cidadãos responsáveis pelos destinos da polis”.⁶ Dessa forma, a ética, que se apresenta como resultante das leis determinadas pelos costumes e como parte das virtudes e hábitos gerados pelo caráter dos indivíduos, envolve elementos tanto da individualidade (subjettivos) quanto da coletividade (o intersubjetivo). Isso

⁴ TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. p. 241.

⁵ TORRES, 2007, p. 241-242.

⁶ PEQUENO, Marconi. *Ética, educação e cidadania*.

Disponível em:

<<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh>>.

Acesso em: 25 ago. 2010.

significa dizer que há

fatores externos (a lei, os costumes) e internos (as convicções, os hábitos) que determinam o comportamento dos cidadãos. [E] nesse sentido, a prática do bem ou justiça estaria ligada ao respeito às leis da pólis (heteronomia) e à intenção individual (autonomia) de cada sujeito.⁷

Contudo, se os costumes e a lei estabelecem as condutas, a educação tem significativo papel em sua formação à medida que ela inculca normas e valores reconhecidos como válidos pela sociedade, impondo-se “como um importante instrumento para o desenvolvimento moral do indivíduo”.⁸ Assim, a educação se constitui como elemento de formação moral dos indivíduos, assegurando a eles as orientações para uma conduta considerada adequada.

Por outro lado, a formação moral, no âmbito da *pólis*, tem por princípio auxiliar a formação política do cidadão, tornando-o comprometido e responsável pela sua coletividade, posto que, como nos adverte Arendt, a ação política capaz de transformar ou criar novas realidades não se realiza no indivíduo isolado. Assim, “o ethos não apenas representa o instrumento fundamental para a instauração de um viver em conjunto, como serve de alicerce à construção do espaço da política. Disso se conclui que ética e política são atividades que se relacionam e se complementam”.⁹

Sendo assim, não há como considerar a formação do sujeito cidadão sem a conseqüente formação ética. Ser cidadão envolve então, a responsabilidade não só para com os atos próprios como também para com os outros, e responsabilidade é componente essencial à vida moral do indivíduo. Se se entende a cidadania como condição que “confere a uma pessoa o usufruto de direitos que lhe permitam participar da vida política e social da comunidade no interior da qual está inserida”,¹⁰ isso significa que seu exercício, como ato político *per se*, encontra-se intrinsecamente ligado ao destino de seus iguais numa relação de

mútua responsabilidade. Nesse momento, vislumbra-se o caráter moral da política.

Para além do debate asséptico e distanciado, a discussão ensejada no campo da Filosofia e da Ciência Política se incorpora à entabulada no campo da Cultura Religiosa, tendo em vista o resgate da feição ética e moral na formação do aluno da educação superior, de modo a que esses indivíduos venham a se tornar cidadãos socialmente responsáveis e construtores de uma nova ordem social.

Considerações finais

Considerando a missão da PUC Minas de promover a formação humanística de sua comunidade acadêmica, entendemos que o percurso necessário para tal pode ser facilitado à medida que haja interseção dos conteúdos disciplinares, sobretudo no resgate dos ditames da ética e da moral na formação do profissional. Para isso, torna-se necessário não só que o docente esteja aberto ao trabalho interdisciplinar, ao entendimento de como a cada conteúdo específico subjaz os supostos do conhecimento como uma construção que deve ser pautada pela ética, como também a perspectiva de que esse conhecimento deve ser norteado pela perspectiva de sua inserção no contexto social. Disso resulta que necessariamente sua produção deve envolver uma compreensão de que, antes de tudo, é preciso formar um cidadão ético e socialmente responsável também em seu campo de trabalho.

Aqui faz-se notar a importância do processo educativo e de sua feição interdisciplinar. O trabalho docente não pode ser um processo de ‘fora para dentro’, mas deve ser maiêutico, de ‘dentro para fora’, em que o professor ajude o aluno a produzir um conhecimento que lhe seja vital, para orientar concretamente a sua vida, escolhas, valores morais. E isso só é possível quando o docente está disposto a romper as fronteiras do conhecimento disciplinar e distanciado, refletindo sobre sua própria prática pedagógica e procurando incorporar olhares que se entremeiam, enxergando no processo educacional mais do que a transmissão de saberes cristalizados. Antes, trata-se de recuperar o sentido da educação

⁷ PEQUENO, 2010.

⁸ PEQUENO, 2010.

⁹ PEQUENO, 2010.

¹⁰ PEQUENO, 2010.

para além do ato de ensinar, de entendê-la como um processo em que ao conhecimento científico seja aliada a formação humana e que os saberes se construam e reconstruam na interação com o outro.

Além do diálogo, do debate e da reflexão dentro de sala de aula, torna-se fundamental o envolvimento do aluno com grupos e instituições que promovam ações voltadas para o desenvolvimento humano e melhoria das condições de vida de populações excluídas, do meio ambiente, enfim, de grupos cujos trabalhos apontem para uma ordem social assentada nos princípios da convivência solidária é ética com os seus e com o ambiente que o circunda.

Formar-se é tomar em suas mãos seu próprio desenvolvimento e destino no duplo movimento de ampliação de suas qualidades humanas, políticas e religiosas e de compromisso com a transformação da sociedade em que se vive. É modelar livremente a própria vida a fim de participar no processo construtivo da sociedade, de forma ativa, ética e moralmente responsável. Em três palavras: processo **personalizado, motivado** em vista de sua perfeição e bem da **sociedade**. A educação conforma-se assim, como o verdadeiro passaporte para a vida, ao propiciar o duplo conhecimento: de si mesmos e dos outros, para poder, então, participar na obra conjunta de construir um convívio humano saudável.¹¹ É nessa relação de alteridade que se conforma uma prática política inovadora, porque assentada na perspectiva da transformação não só na relação ensino-aprendizagem como também na própria atuação do profissional a se formar na instituição.

Quando o professor promove, em sala de aula, as questões que fazem parte do seu cotidiano e os alunos percebem a pertinência dos temas abordados, talvez se possa dizer que ele seja parte dessa ação educativa, cuja finalidade é possibilitar um diálogo verdadeiro que jogue luz no caminho que cada um deve buscar construir na colaboração da dignidade humana.

Uma das experiências dentro de sala de aula que nos levam a perceber como possível o alcance dessa reflexão e abertura a um processo de humanização é o da realização de visitas e o envolvimento do alunado no trabalho de instituições que se empenham nesse processo de resgate do ser humano, considerando seus diferentes aspectos: físico, psicológico, espiritual, mental. Uma dessas instituições é a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), que criteriosamente investe na formação, espiritualidade e educação dos apenados e por meio desse método vem alcançando o êxito na sua recuperação. A realização de encontros e visitas semestrais com os estudantes e esses espaços, com o aprofundamento da reflexão a partir da vivência dessas realidades, possibilitam aos alunos a abertura de um horizonte mais amplo no campo do conhecimento. Nesse processo, a maior parte deles se dá conta da real possibilidade de conjugar atuação profissional com a promoção de valores, numa efetiva ação política transformadora tanto de si mesmo quanto na relação com o outro, ampliando a possibilidade de construção de um convívio humano mais saudável através da defesa dos valores fundamentais.

[Recebido em: dezembro de 2010.
Aceito em: agosto de 2011].

¹¹ LIBÂNIO, João Batista. *A arte de formar-se*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 13-14.